



ACORDO QUADRO DE PRESTAÇÕES intelectuais

Agência Francesa de Desenvolvimento
5 Rue Roland BARTHES
75012 PARIS

Assunto: Diagnóstico, estudos e implementação da estratégia cultural de Porto Alegre (Brasil)

VIL-2024-0564

Prazo para apresentação de propostas

Data: 20/03/2025

Hora: 12:00. (horário de Paris)

Regras de consulta

Sumário

1. Objeto do acordo-quadro	3
1.1 Forma do acordo-quadro.....	3
1.2 Duração do acordo-quadro - Renovação - Prazos de execução.....	3
1.3 Contratos de prestação de serviços similares	3
2. Organização da consulta.....	3
2.1 Procedimento de contratação.....	3
2.2 Disposições relativas aos agrupamentos	4
2.3 Variantes livres.....	4
2.4 Variantes impostas.....	4
2,5 Alteração de detalhe no dossiê de consulta	4
2.6 Prazo de validade das ofertas	4
3. Conteúdo do dossiê de consulta.....	4
4. Retirada do dossiê de consulta	5
5. Apresentação de candidaturas e ofertas	5
5.1 Elementos necessários para a selecção das candidaturas:.....	5
5.2 Elementos necessários para a escolha da oferta	7
6. Avaliação das candidaturas, das ofertas e adjudicação do acordo-quadro	7
6.1 Julgamento das candidaturas.....	7
6.2 Julgamento das ofertas	8
6.3 Atribuição do acordo-quadro	9
7. Condições de envio e entrega das candidaturas e ofertas	9
8. Informações adicionais	11
9. Anexo: Quadro de resposta imposto	13
10. Anexo: Requisitos para o certificado de assinatura.....	14

1. Objeto do acordo-quadro

A consulta tem como objetivo: **Diagnóstico, estudos e implementação da estratégia cultural de Porto Alegre (Brasil)**

Lugar de execução das prestações: local de exercício do titular e no Brasil.

1.1 Forma do acordo-quadro

A consulta não é decomposta em lotes. As prestações darão lugar a um acordo-quadro único, não sendo o objecto do contrato que permita a identificação de prestações distintas

As prestações serão objecto de um acordo-quadro fraccionado a ordens de encomenda em aplicação dos artigos R. 2162-2 e seguintes, R. 2162-13 e R. 2162-14 do Código da Contratação Pública.

As prestações assumem a forma de um acordo-quadro misto constituído por:

- de uma parte fixa;
- e de uma parte a ordens de compra em aplicação dos artigos R. 2162-2 e seguintes, R. 2162-13 e R. 2162-14 do Código da Contratação Pública

As prestações do acordo-quadro são executadas mediante a emissão de ordens de compra sucessivas conforme necessário. Cada ordem de compra especifica as prestações descritas no acordo-quadro cuja execução é solicitada. Determina a quantidade das mesmas.

O montante máximo do acordo-quadro para a parte forfetária e a parte com ordens de compra é fixado no acto de compromisso.

O acordo-quadro será celebrado com um único operador económico.

1.2 Duração do acordo-quadro - Renovação - Prazos de execução

A duração do acordo-quadro, as modalidades de recondução e os prazos de execução constam do acto de compromisso.

1.3 Contratos de prestação de serviços similares

As prestações, objecto da presente consulta, poderão dar lugar a um novo contrato para a realização de prestações semelhantes, Que tenham sido adjudicadas por procedimento por negociação sem anúncio prévio e sem concurso e que serão executadas pelo adjudicatário deste contrato.

2. Organização da consulta

2.1 Procedimento de contratação

A presente consulta é lançada de acordo com o procedimento do concurso público em aplicação dos artigos R. 2124-1, R. 2124-2 1º e R. 2161-2 a R. 2161-5 do Código da Contratação Pública.

2.2 Disposições relativas aos agrupamentos

O acordo-quadro pode ser adjudicado a uma única empresa ou a um agrupamento de empresas. Se o acordo-quadro for atribuído a um agrupamento conjunto, o mandatário conjunto será solidariamente responsável com cada um dos membros do agrupamento.

Possibilidade de apresentar várias propostas para o acordo-quadro, agindo simultaneamente como candidatos individuais e membros de um ou mais agrupamentos:

- ☐ Sim
- ☒ Não

Ou como membros de vários agrupamentos:

- ☐ Sim
- ☒ Não

2.3 Variantes livres

A proposta de uma variante livre não é permitida.

2.4 Variantes impostas

Não estão previstas variantes impostas.

2.5 Alteração de detalhe no dossiê de consulta

A entidade adjudicadora reserva-se o direito de fazer alterações detalhadas ao dossiê de consulta, até 8 dias antes da data limite para a receção das propostas. Os candidatos terão então de responder com base no dossiê modificado sem poder apresentar qualquer reclamação sobre o assunto.

Se, durante o exame do dossiê pelos candidatos, a data limite acima mencionada for adiada, a disposição anterior é aplicável em função desta nova data.

2.6 Prazo de validade das ofertas

O prazo de validade das ofertas é de 200 dias a contar da data limite para apresentação da oferta.

3. Conteúdo do dossiê de consulta

O dossiê de consulta inclui as seguintes peças:

- Este regulamento de consulta.
- O ato de compromisso
- O caderno de cláusulas administrativas especiais (C.C.A.P) e seus anexos eventuais
- O caderno de cláusulas técnicas especiais (C.C.T.P.) e seus eventuais anexos
- Lista de preços e orçamento quantitativo estimado (formato .xls);
- A decomposição dos preços globais e forfetários (formato .xls).

Cada peça é em versão francesa e portuguesa. Note-se que as versões em português do CCAP, CCTP e AE não são contratuais e são fornecidas a título informativo. Assim, em caso de erro de tradução ou interpretação, a versão francesa prevalece.

4. Retirada do dossiê de consulta

A entidade adjudicante informa os candidatos de que o dossiê de consulta está desmaterializado. O Dossier de Consultation des Entreprises (DCE) pode ser consultado e descarregado gratuitamente no seguinte endereço: <https://www.marches-publics.gouv.fr>

Para poderem descomprimir e ler os documentos disponibilizados pela entidade adjudicante, os operadores económicos deverão dispor de programas informáticos que permitam ler os seguintes formatos:

Ficheiros *.zip (legíveis por

Winzip, Θυιγκζιπ) Αδοβε→ Αχροβατ→ *.pdf (legível pelo software Adobe Reader)

• *. doc ou *.xls versão 2000-2003 (legível pelo Microsoft Office ou OpenOffice) Ριχη Τεξτ Format *.rtf

Σε απλιχ(πελ, ο φορματο ΔΩΦ (λεγι(πελ πορ σοφτωαρε Αυτοχαδ ου πισορεσ χομο Αυτοδεσκ ΔΩ Φ πιεωερ, . . .).

Ao fazer o download do dossiê de consulta, recomenda-se à empresa que crie uma conta na plataforma de desmaterialização onde introduza nomeadamente o nome da organização proponente, e um endereço de correio eletrónico para a manter informada das eventuais alterações que ocorram no decurso de um processo (adição de um documento ao DCE, envio de uma lista de respostas às perguntas recebidas, etc...).

O candidato é informado de que apenas a cópia do dossiê de consulta na posse da entidade adjudicante é autêntica.

5. Apresentação de candidaturas e ofertas

Os candidatos terão de apresentar as peças abaixo definidas, redigidas em língua francesa.

5.1 Elementos necessários para a seleção das candidaturas:

Cada candidato ou membro da equipa candidata deverá apresentar as seguintes provas:

5.1.1 Situação jurídica

• Formulário DC1 ou equivalente: Carta de candidatura - Habilitação do mandatário pelos seus co-contratantes - um formulário DC1 em branco em francês está disponível no seguinte link:

<https://www.economie.gouv.fr/daj/formulaires-declaration-du-candidat>

• Formulário DC2 ou equivalente: Declaração do candidato individual ou membro do grupo - um formulário DC2 em branco em francês está disponível no seguinte link:

<https://www.economie.gouv.fr/daj/formulaires-declaration-du-candidat>

• Declaração de honra: - O candidato apresenta uma declaração de honra para justificar que não entra em nenhum dos casos mencionados nos artigos L. 2141-1 a L. 2141-11 do Código da Contratação Pública;

Além disso, o potencial adjudicatário fornecerá o(s) documento(s) relativo(s) aos poderes da pessoa habilitada a comprometer a empresa (extrato K bis, delegação de poder, certificados fiscais e sociais, certificado de seguro, estatutos...) bem como uma habilitação do mandatário pelos seus co-contratantes no caso de agrupamento de empresas.

5.1.2 Capacidade

- Atestado de seguro: - declaração adequada dos bancos ou prova de um seguro para riscos profissionais;
- Referências de serviços semelhantes: - apresentação de uma lista dos principais serviços prestados nos últimos três anos, indicando o montante, a data e o destinatário público ou privado. As entregas e as prestações de serviços são comprovadas por atestados do destinatário ou, na sua falta, por uma declaração do operador económico.

O candidato poderá provar a sua capacidade através de qualquer outro documento considerado equivalente pela entidade adjudicante se não puder objectivamente apresentar uma das informações solicitadas relativas à sua capacidade financeira.

Se, para justificar as suas capacidades, o candidato pretender fazer prevalecer as capacidades profissionais, técnicas e financeiras de outro interveniente qualquer (subcontratante nomeadamente), deverá apresentar os documentos relativos a este interveniente referidos no presente artigo acima. Deverá igualmente justificar que disporá das capacidades desse interveniente para a execução do acordo-quadro mediante um compromisso escrito do interveniente.

Nos termos do artigo R. 2143-16 do Código dos Contratos Públicos, no âmbito da sua candidatura, os candidatos devem juntar uma tradução em francês aos elementos redigidos numa outra língua.

Os candidatos são informados de que, em conformidade com as disposições do artigo R. 2143-13 do Código de Contratação Pública, não são obrigados a fornecer documentos comprovativos e meios de prova que o comprador pode obter diretamente através de:

- Um sistema electrónico de disponibilização de informações gerido por um organismo oficial, desde que o acesso ao mesmo seja gratuito e, se for caso disso, que conste no processo de candidatura toda a informação necessária para a sua consulta;
- Um espaço de armazenamento digital, desde que o processo de candidatura contenha todas as informações necessárias para a sua consulta e o acesso aos mesmos seja gratuito.

Os candidatos são convidados a utilizar o cofre eletrónico disponível gratuitamente em sua conta no <https://www.marches-publics.gouv.fr>

Além disso, de acordo com as disposições do artigo R. 2143-14 do Código dos Contratos Públicos, os candidatos não são obrigados a fornecer à entidade adjudicante os documentos comprovativos e os meios de prova que já tenham sido apresentados numa consulta anterior e que permaneçam válidos.

Por último, nos termos do artigo R. 2143-4 do Código dos Contratos Públicos, a entidade adjudicante aceita que os candidatos apresentem a sua candidatura sob a forma de um documento único de contrato europeu (DGUE) Elaborado de acordo com o modelo estabelecido pelo regulamento da Comissão Europeia que estabelece o formulário-tipo para o documento único de mercado europeu, em substituição da declaração sob compromisso de honra e das informações mencionadas no artigo R. 2143-3.

Os candidatos podem criar ou reutilizar uma versão electrónica do DGUE através de um [dos seguintes URLs: https://ec.europa.eu/tools/espd/](https://ec.europa.eu/tools/espd/) OU <https://dume.chorus-pro.gouv.fr/>

É preciso especificar que a entidade adjudicante não autoriza os candidatos a limitarem-se a indicar no documento único de contrato europeu que dispõem da aptidão e das capacidades exigidas sem

fornecer informações específicas sobre as mesmas.

5.2 Elementos necessários para a escolha da oferta

Para a escolha da oferta, os candidatos devem apresentar os seguintes documentos:

Um documento de compromisso (AE) (em anexo para ser preenchido, datado e assinado eletronicamente)

O candidato deve também especificar a natureza e o montante dos serviços que pretende subcontratar, bem como a lista de subcontratantes que se propõe apresentar à aprovação e aceitação da entidade adjudicante.

A decomposição do preço global e fixo em formato excel;

Λίστα δε περιεχομένων υνιτ(ριοσ ε δεταλ(ησ θυαντιτατιπω εστιμαδο εμ φορματο εξελ;

Uma nota metodológica em língua **francesa ou portuguesa, redigida unicamente com** base no modelo apresentado no anexo «Quadro de resposta imposta» ao presente Regulamento da Consulta.

Na lista de preços unitários, todas as linhas devem ser preenchidas.

As quantidades indicadas no detalhe quantitativo estimado não devem ser alteradas de forma alguma.

Os candidatos são lembrados de que a assinatura do documento de compromisso equivale à aceitação de todos os documentos contratuais.

Os candidatos podem entregar os documentos em francês ou português. Note-se que a entrega dos documentos em português deve ser acompanhada obrigatoriamente da entrega dos actos de compromisso e dos documentos financeiros em francês (com excepção do resumo técnico). De fato, apenas as moedas em francês serão válidas.

O CCAP e os documentos entregues pela entidade adjudicadora, com excepção dos referidos acima e seus anexos não devem ser entregues na proposta. Apenas os documentos na posse da entidade adjudicante são autênticos.

6. Avaliação das candidaturas, das ofertas e adjudicação do acordo-quadro

6.1 Julgamento das candidaturas

Os critérios de candidatura e de intervenção para a seleção são as capacidades técnicas, **financeiras e profissionais**.

A AFD reserva-se a possibilidade de analisar as ofertas antes das candidaturas. Neste caso, pode limitar a análise dos documentos de candidatura ao único candidato a quem pretende adjudicar o contrato.

Os critérios de elegibilidade são:

Garantias e capacidades técnicas e financeiras

Xapacidades profissionais

São declaradas inadmissíveis as candidaturas que não apresentem garantias financeiras, técnicas e profissionais suficientes face ao objeto da prestação.

6.2 Julgamento das ofertas

Os critérios de avaliação das propostas são ponderados da seguinte forma:

<p>Preço das prestações</p> <p>Definição e apreciação do critério: A nota máxima (NM) será atribuída ao o candidato que apresentou a oferta financeira mais baixa. Os outros candidatos será aplicada uma nota calculada com base na seguinte fórmula:</p> $N = NM \times (ODM/OAN)$ <p>onde N é a nota do candidato, ODM o montante da oferta mais baixa, BNA o valor da oferta a ser anotado.</p>	30/100
Qualidade e relevância da metodologia	30/100
Qualidade dos perfis	40/100

Rectificação de propostas:

Em caso de discordância constatada na oferta, as indicações constantes da lista dos preços unitários prevalecerão sobre todas as outras indicações da oferta e o montante do detalhe estimado **será corrigido em conformidade**.

Em caso de preço unitário, os erros de multiplicação, adição ou reporte que fossem constatados neste detalhe estimado serão corrigidos e, para o julgamento das ofertas, é o montante assim **corrigido do detalhamento estimado que será levado em consideração**.

No entanto, se o prestador em causa estiver prestes a ser seleccionado, será solicitado que corrija este subdetalhe para o alinhar com o preço unitário correspondente.

No caso de um preço fixo, se erros de multiplicação, adição ou adiamento forem encontrados na decomposição do preço global fixo, na oferta de um concorrente, o montante desse preço **não será corrigido para a avaliação da consulta**.

No entanto, se o prestador em causa estiver prestes a ser seleccionado, será convidado a corrigir esta repartição para a harmonizar com o preço fixo.

Será declarada irregular uma proposta que, embora responda às necessidades da entidade adjudicadora, esteja incompleta ou não cumpra os requisitos formulados nos documentos de consulta.

Nota técnica eliminatória:

Qualquer oferta com uma pontuação técnica inferior a 40/70 será automaticamente rejeitada.

Audição:

A Entidade Adjudicadora reserva-se a possibilidade de proceder a audições das propostas. Nesse caso, convidará todos os candidatos que tenham apresentado uma oferta para uma apresentação oral da sua oferta.

Não se trata de uma negociação que não pode modificar a oferta.

6.3 Atribuição do acordo-quadro

De acordo com o artigo R. 2144-7 do Código de Contratação Pública, o candidato ao qual se pretende atribuir o contrato-quadro deverá fornecer os documentos que comprovem que não entra nos casos de proibição de licitação no prazo de 5 dias a contar do pedido da entidade adjudicante.

Para cumprir esta última obrigação, o candidato estabelecido em outro estado que a França deve apresentar um certificado emitido pelas administrações e organismos do país de origem. Quando tal certificado não for emitido pelo país em questão, pode ser substituído por uma declaração sob juramento ou, nos Estados onde esse juramento não existe, por uma declaração solene feita pelo interessado perante a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário ou uma organização profissional qualificada do país.

À Se não apresentar esses documentos dentro do prazo estipulado, a proposta do candidato adjudicatário será rejeitada e ele será eliminado.

O candidato seguinte será então solicitado a apresentar os certificados e atestados necessários antes de ser atribuído o acordo-quadro.

7. Condições de envio e entrega das candidaturas e ofertas

A transmissão de documentos por via electrónica só pode ser efetuada para o seguinte endereço : www.public-markets.gouv.fr

O fuso horário de referência será (GMT+01:00) Paris, Bruxelas, Copenhague, Madrid.
Cada transmissão será objeto de uma data certa de recepção e de um aviso de recepção electrónico.

É altamente recomendável iniciar a apresentação de propostas pelo menos 2 horas antes da DLRO.

Em caso de dificuldades, por favor contacte a hotline de <https://www.marches-publics.gouv.fr>.

<u>Prepare-se com antecedência:</u>
Necessidade de certificado digital - Configuração antecipada da estação de trabalho - recomendação

preparar-se com a Consulta de teste.

Em caso de resposta electrónica, é necessária a assinatura electrónica de alguns documentos.

O proponente deve ter adquirido um certificado eletrónico. Obter um certificado eletrónico leva vários dias ou até mesmo semanas. Se o proponente não possuir um certificado eletrónico válido no âmbito da resposta a um acordo-quadro desmaterializado, é imperativo que o solicite antecipadamente.

O proponente é também fortemente aconselhado a tomar as providências necessárias para que à sua resposta electrónica seja apresentada dentro dos prazos previstos. Um teste de configuração do posto de trabalho e consultas de teste estão disponíveis na plataforma.

Formatos de arquivo aceitos:

Em caso de transmissão de resposta por via electrónica, os documentos fornecidos devem estar em um dos seguintes formatos, sob pena de inadmissibilidade da oferta:

- Formato de escritório proprietário compatível com a versão 2003 da Microsoft (.doc, .xls e .ppt),
- Formato de texto universal (.rtf),
- Formato PDF (.pdf),
- Formatos de imagem (.gif, .jpg e .png),
- Formato para planos (.dxf e .dwg).

Qualquer documento que contenha um vírus de computador será arquivado com segurança e considerado como nunca recebido. O candidato em questão será informado. Nestas condições, os candidatos são aconselhados a submeter seus documentos a um antivírus antes do envio.

Assinatura eletrônica dos arquivos de resposta:

Os documentos do proponente devem ser assinados eletronicamente, de acordo com as modalidades detalhadas abaixo.

Em aplicação do decreto de 22 de março de 2019 relativo à assinatura eletrônica dos contratos da encomenda pública, o candidato deve respeitar as condições relativas:

- ao certificado de assinatura do signatário,
- à ferramenta de assinatura utilizada (software, serviço em linha, parapheur se for o caso), que deve produzir assinaturas eletrônicas conformes aos formatos regulamentares. (cf. anexo)

Lembretes gerais: ZIP e assinatura digitalizada:

Os documentos enviados por via electrónica serão reimpressos após a abertura das ofertas. Os candidatos são informados de que a adjudicação do acordo-quadro poderá dar lugar à assinatura manuscrita do acordo-quadro em papel.

- Cada arquivo a ser assinado deve ser assinado individualmente, de modo que cada assinatura possa ser verificada independentemente das outras,

- Um arquivo zip assinado não é aceito como equivalente à assinatura de cada documento que constitui o arquivo zip,
- Uma assinatura digitalizada não tem valor de outra coisa que não seja uma cópia e não pode substituir a assinatura eletrônica.

Cópia de segurança:

Os candidatos podem também enviar, dentro do prazo estipulado para a entrega dos pacotes, uma cópia de backup em um meio físico eletrônico (CD-Rom, DVD-Rom, pen drive) ou em papel. Esta cópia é enviada para o endereço abaixo, em envelope selado e comporta obrigatoriamente a menção: «cópia de segurança», a identificação do procedimento em causa e os dados da empresa:

Divisão de Compras do Grupo
5 Rue Roland Barthes
75012 Paris
FRANÇA

Os documentos da cópia de segurança devem ser assinados (para os documentos cuja assinatura é obrigatória). Se o suporte físico escolhido for papel, a assinatura é manuscrita. Se o suporte físico escolhido for eletrônico, a assinatura será eletrônica.

Esta cópia de segurança poderá ser aberta nos casos descritos no artigo 2 II da portaria de 22 de março de 2019 que estabelece as modalidades de disponibilização dos documentos da consulta e da cópia de segurança.

Os pacotes que contenham a cópia de segurança, não abertos, serão destruídos no final do procedimento pela entidade adjudicante.

8. Informações adicionais

Para obter todas as informações adicionais relativas a esta consulta, os candidatos deverão enviar em tempo útil o seu pedido:

- De forma eletrônica, exclusivamente na plataforma de desmaterialização, no seguinte URL: <https://www.marches-publics.gouv.fr>

Apenas os pedidos enviados pelo menos 8 dias antes da data limite de receção das propostas serão objecto de uma resposta por parte da entidade adjudicante.

Uma resposta será enviada, o mais tardar, 6 dias antes da data fixada para a recepção das ofertas aos candidatos que tenham carregado o dossiê de consulta na plataforma de desmaterialização após se terem identificado previamente

Para informações sobre a entrega de propostas desmaterializadas, consulte o artigo Condições de envio e *entrega das candidaturas e/ou ofertas do presente documento*.

ANEXO: DECLARAÇÃO SOBRE A HONRA

Eu, abaixo assinado(a)

Agindo na qualidade de

Nome e endereço da empresa:

.....
.....

a) declara sob juramento não entrar em nenhuma das exclusões previstas nos artigos L. 2141-1 a L. 2141-5 ou artigos L. 2141-7 a L. 2141-10 do Código de Contratação Pública.

N.B. : Quando um operador económico é colocado, durante o processo de adjudicação de um contrato, em uma das situações de exclusão mencionadas nos artigos L. 2141-1 a L. 2141-5, nos artigos L. 2141-7 a L. 2141-10 ou nos artigos L. 2341-1 a L. 2341-3 do Código dos Contratos Públicos, Informa sem demora o comprador dessa mudança de situação.

Documentos de prova disponíveis on-line:

Endereço da Internet onde os documentos comprovativos e os meios de prova são acessíveis diretamente e gratuitamente, bem como todas as informações necessárias para o acesso a esses documentos

:

- Endereço de internet:

- Informações necessárias para aceder:

.....
.....

b) declaro que não sou, e que nenhum dos membros do meu grupo, nem dos meus fornecedores, empreiteiros, consultores e subcontratados, está incluído nas listas de sanções financeiras adotadas pelas Nações Unidas, pela União Europeia e/ou pela França, nomeadamente no âmbito da luta contra o financiamento do terrorismo e contra os atentados à paz e à segurança internacionais, e me comprometo a informar sem demora a Agência de qualquer alteração da situação

Feito em

O

Assinatura

.....

9. Anexo: Quadro de resposta imposto

As respostas do candidato não devem exceder 20 páginas para a metodologia. Além da metodologia, o candidato poderá entregar currículos que não poderão exceder 2 páginas por currículo.

As respostas devem respeitar o seguinte esquema:

A - Resumo da sua oferta

.A.1 - Compreensão das expectativas da AFD

.A.2 - Resumo das etapas da sua intervenção

A.3 - Calendário geral da missão

B - Pontos fortes e valor acrescentado da sua oferta para realizar esta missão

C - Descrição detalhada da sua oferta

C.1 - Descrição detalhada do conteúdo das etapas propostas (diagnóstico, análises, cenários, plano de ação, relatórios...)

C.2 - Meios aplicados

C.3 - Instâncias e modalidades práticas de pilotagem da missão

C.4 - Tabela de Resultados

C.5 - Planejamento detalhado

D - Recomendações do prestador para a boa realização da missão

E - Apresentação da equipe que intervirá sobre esta missão

.E.1 - Constituição da equipe e distribuição das responsabilidades entre seus membros

E.2 - Currículos dos palestrantes (máximo de 2 páginas por palestrante)

10. Anexo: Requisitos para o certificado de assinatura

Certificado de assinatura:

O certificado de assinatura do signatário deve estar em conformidade com o regulamento «eIDAS» ou equivalente e respeitar o nível de segurança exigido. O RGS (referencial geral de segurança) é substituído pelo regulamento «eIDAS» desde 1 de outubro de 2018.

No entanto, os candidatos que já possuam um certificado «RGS», este permanece utilizável até ao final do seu período de validade.

- Caso 1: Certificado emitido por uma Autoridade de certificação «reconhecida» - Nenhuma prova a fornecer

O certificado de assinatura é emitido por uma Autoridade de certificação mencionada na seguinte lista de confiança:

<https://www.ssi.gouv.fr/administration/visa-de-securite/>

Os candidatos europeus também encontrarão a lista completa dos prestadores na lista de confiança mantida pela Comissão Europeia:

<https://webgate.ec.europa.eu/tl-browser/#/tl/FR>

Neste caso, o proponente não tem que fornecer qualquer prova no certificado de assinatura usado para assinar sua resposta.

- Caso 2: O certificado de assinatura eletrônica não está referenciado em uma lista confiável - Vários documentos comprovativos a fornecer

A plataforma de desmaterialização aceita todos os certificados de assinatura eletrônica que apresentam condições de segurança equivalentes às do Référentiel Geral de Segurança (RGS) e «eIDAS».

O candidato assegura-se por si mesmo que o certificado que utiliza é pelo menos conforme ao nível de segurança definido pelo Référentiel Geral de Segurança (RGS) ou «eIDAS», e fornece os justificativos na sua resposta eletrônica.

O candidato deve igualmente fornecer todos os elementos técnicos que permitam à entidade adjudicante assegurar a boa validade técnica do certificado utilizado.

Assim, o signatário deve transmitir com a sua resposta eletrônica os seguintes elementos:

a) Qualquer elemento que permita a verificação da qualidade e do nível de segurança do certificado de assinatura (prova da qualificação da autoridade de certificação, política de certificação, endereço do site da referência da autoridade de certificação),

b) As ferramentas técnicas de verificação do certificado (cadeia de certificação completa até a Autoridade de Certificação raiz, endereço de download da última atualização da lista de revogação de certificados).

Todos estes elementos devem ser de acesso e utilização gratuitos para o comprador, acompanhados, se for caso disso, de manuais claros.

Ferramenta de assinatura usada para assinar arquivos:

O regulamento permite que o proponente use a ferramenta de assinatura de sua escolha.

- Caso 1: O proponente utiliza a ferramenta de assinatura da plataforma - Não há justificativa a fornecer

A plataforma integra uma ferramenta de assinatura eletrônica, que produz Tokens de assinatura no formato regulamentar XAdES.

Neste caso, o proponente não tem que fornecer qualquer prova sobre as assinaturas eletrônicas transmitidas e a ferramenta de assinatura utilizada.

- Caso 2: O proponente utiliza uma ferramenta de assinatura diferente da integrada à plataforma - Diferentes justificativos a fornecer

Quando o candidato utiliza uma ferramenta de assinatura diferente da plataforma, ele deve cumprir as duas obrigações seguintes:

- a) Produz formatos de assinatura XAdES, CAdES ou PAdES.
- b) Permitir a verificação, transmitindo em paralelo os elementos necessários para proceder à Verificação da validade da assinatura e integridade do documento, gratuitamente.

Todos estes elementos devem ser de acesso e utilização gratuitos para o comprador, acompanhados, se for caso disso, de manuais claros.